

Assim, apesar das mudanças que estamos trabalhando para tirar do papel, foram mantidos intactos os valores, a visão e, principalmente, a missão. E o Estatuto de 2018 foi ligeiramente modificado para fazer com que nele coubesse também essa parte de ensino, que acabei de mencionar, mantendo a missão, visão e valores intactos. Nossa missão, aliás, é ampliar o escopo, no horizonte, aprofundar em termos de detalhes e de nível, e qualificar o debate sobre operações de paz no Brasil. Essa é a missão da Rede, é aquilo o que nos une, apesar de nossas diferenças.

Qual é a nossa visão? É ser uma referência na área de operações de paz. Ser uma referência no que se refere ao conhecimento que a gente produz, e na metodologia de trabalho em Rede, que é uma novidade no Brasil, sobretudo uma rede que não é exclusivamente acadêmica. O meio acadêmico costuma trabalhar com redes para produzir eventos, artigos, livros, etc. Mas nós somos bastante heterogêneos, não somos só acadêmicos. Temos membros que são *practitioners*. Por exemplo, tem membro que é civil da ONU, tem membro que é centro de treinamento do governo federal. Então não é só academia.

E os valores? Temos quatro valores que foram assinados por todos os parceiros no Estatuto de 2018, e que foi renovado no Estatuto de 2021 – algo literalmente assinado por cada ponto focal. E cada um tem uma cópia impressa do Estatuto assinado. Os nossos valores são a ética, a colaboração, a pluralidade e a qualidade, e isso também nos une.

Por fim, quanto aos objetivos da Rede, eles são basicamente os mesmos desde 2016, ou seja, produzir e consolidar, por meio de pesquisa e ensino, o conhecimento relevante e de qualidade sobre operações de paz e, depois, divulgar esse conhecimento através de relatórios, textos, eventos, cursos etc. Esses são os grandes objetivos da nossa Rede.

1.2 Como foi o processo de criação da Rede e quem foram seus principais articuladores?

A iniciativa partiu de um coronel, na época, hoje general, que, em 2016, era o comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Ele queria se aproximar da academia e de civis de uma forma geral. O CCOPAB é um membro fundador e um dos parceiros da Rede até hoje. Naquela primeira reunião, ele me chamou e eu trabalhava no Instituto Igarapé, que é um *think tank*. E ele chamou mais três ou quatro universidades com quem ele já tinha o mínimo de parceria. Foram a UFF, a USP a PUC-Rio e a Estácio de Sá. Nós fomos os fundados. E saímos da reunião entusiasmados com a ideia de termos uma rede para lidar com operações de paz. Logo depois, a Rede tomou uma dimensão muito maior do que ele talvez tivesse imaginado. Eles tiveram a ideia inicial, fizeram a provocação, mas o que veio em seguida foi construído pelos parceiros em comum acordo, ou seja, decidimos juntos os temas dos encontros anuais, os temas importantes para a Rede, quem pode se tornar parceiros, que tipo de contribuição temos que oferecer, etc. Criamos um organograma, com tarefas e responsabilidades distribuídas entre vários parceiros e colaboradores. E as deliberações e as decisões acontecem de fato dentro de um órgão que é um colegiado.

1.3 A iniciativa foi bem aceita pelos membros? Como foi integrar membros tão distintos?

Sim, ela foi bem aceita por todos os membros. No início, foi mais fácil porque, embora nós não nos conhecêssemos em 2016, o contexto era favorável: a MINUSTAH ainda estava em vigor, havia muitas pesquisas, muito se produzia e muito se falava sobre a participação do Brasil em operações de paz. Daqueles membros que estavam ali, por exemplo, eu não conhecia o pessoal da Estácio, sabia de um ou outro da USP, etc. Mas falávamos na mesma língua, tínhamos interesses semelhantes. A situação passou a ficar um pouco mais difícil em meados de 2018, quando começou a polarização na sociedade brasileira com relação a direita e esquerda. Então esse tem sido um desafio na integração.

Outro fator é a diferença entre os membros, que é grande. Temos membros que são universidades e, mesmo dentro das universidades, temos universidades públicas e privadas, com ritmos diferentes, com processos decisórios internos que são mais rápidos ou mais devagar, dependendo de como eles se estruturam internamente. Temos membros que são civis, e outros que são militares. E a tarefa de integrar membros tão diferentes começou a ficar mais difícil a partir de 2018 porque, além dessas diferenças da natureza de cada um, tem também a questão ideológica. Para superar as diferenças, tenho algumas ferramentas. Cito duas. Primeiro, procuro focar os esforços do grupo, os meus esforços e, principalmente, o trabalho conjunto no aspecto técnico. E, segundo, quando necessário, tento trazer o olhar de todos para aquilo que nos une, e não aquilo que nos distancia, que é o que está no nosso Estatuto. Nós nos comprometemos a implementar a visão, a missão e os valores da Rede e é isso que precisamos focar, lá na frente, a despeito de algumas diferenças entre nós.

1.4 A REBRAPAZ foi inspirada em algum modelo de Rede? Ela traz alguma inspiração prévia?

Não tenho conhecimento de que a Rede tenha sido inspirada em algum outro modelo. Mas afirmo, com muita tranquilidade, que eu, particularmente, procuro distanciar a REBRAPAZ daquelas redes acadêmicas que só existem formalmente, mas que não entregam, não agregam muito valor. Não são todas, naturalmente, mas há as que não produzem muita coisa. Eu mesma fiz parte de uma ou duas, temos colegas que fazem parte de três, quatro. Então, eu diria que tem alguns modelos que procuramos nos distanciar.

BLOCO 2 - ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO E MEMBROS

2.1 Você poderia falar um pouco sobre a estrutura de funcionamento da Rede?

Muitas das nossas atividades acontecem nos grupos de trabalho, os GTs. Os parceiros se organizam em torno de GTs temáticos, que são coordenados por um colaborador da Rede. As linhas de pesquisa e as linhas de ação de cada período, dentro de cada GT, são definidas

em comum acordo pelos integrantes daquele grupo. Além disso, cada GT, sozinho ou com outros GT, tem os seus produtos: pode ser a organização de um evento, uma publicação conjunta, um artigo, etc. Em 2019/2020, por exemplo, um GT produziu um manual adotado como material didático, o outro organizou um evento importante sobre um tema-chave, e por aí vai.

Hoje temos cinco GTs ativos: (1) proteção de civis; (2) doutrinas e normas; (3) capacidades e performance; (4) mulheres, paz segurança; e (5) civis em operações de paz. Os GT2 e GT5 foram criados no primeiro semestre de 2021.

Gostaria de acrescentar que estamos passando agora por um processo de reestruturação da Rede e vamos finalmente ter um organograma. Como mencionei, definimos que, a partir de 2021, fortaleceremos também o ensino, ao lado da pesquisa, e não só no sentido de formação acadêmica, mas também no sentido de oficinas, cursos e treinamentos de modo geral.

No organograma, temos três grandes coordenações; a Coordenação-Geral, a Coordenação de Pesquisa e a Coordenação de Ensino. Assessorando essa Coordenação-Geral, temos uma Assessoria de Eventos e uma Assessoria de Comunicação. Temos, ainda, dois órgãos deliberativos: a Assembleia Geral, que conta com a participação de todos os parceiros, e o Conselho Consultivo, de participação mais restrita. - esse é quase um Conselho de Segurança, porque é integrado apenas pelos membros plenos, que são os parceiros que mais trabalham, os que mais dedicam tempo, esforços e recursos para a Rede. Então, de alguma maneira, fazem parte de um conselho um pouco menor do que a Assembleia Geral e, ali, deliberam e votam sobre os aspectos estratégicos da Rede.

2.2 A Rede possui inúmeros parceiros, poderia falar o que precisa ser feito para se tornar membro da Rede?

Tínhamos seis parceiros em março de 2016 e hoje, agosto de 2021, temos 24. Para ser parceiro, precisa conhecer as operações de paz e trabalhar com esse tema. Se houver interesse em se associar, passa por um processo de adesão formal, que tem início com o preenchimento de um formulário. O futuro parceiro pode ser uma instituição ou pessoa física, para atrair também especialistas. Nesse formulário, procuramos identificar o mínimo de experiência com as operações de paz. Depois de preenchido o formulário, o pedido é apreciado pelo Conselho Consultivo, que tem 30 dias para votar e decidir.

2.3 Como funciona o processo decisório?

Os macrotemas, ou temas mais estratégicos, são decididos no Conselho Consultivo. Segundo o Estatuto, quando são questões mais importantes, é preciso ter consenso, mas temos conseguido unanimidade. Estamos entre colegas e não há disputa interna. Podemos decidir, por exemplo, em apoiar a Agenda da ONU para as reformas das operações de paz, que hoje se materializa através da *Action for Peacekeeping* (A4P). No nível dos GTs, cada GT poderá decidir

com autonomia que linha de pesquisa ou de ação assumirá dentro do tema de cada GT. Cada GT tem um processo decisório próprio e a Coordenação-Geral da Rede não interfere.

2.4 Há questões políticas também sendo debatidas?

As questões políticas começaram a ser trazidas para a REBRAPAZ no final de 2018, por conta da polarização da sociedade, mas muito *en passant*. Não se fez um levantamento, por exemplo, das posições políticas dos parceiros; nós mais ou menos sabemos o que cada colaborador pensa, mas isso, até o momento, não tem impedido o trabalho conjunto.

Se fosse um contexto normal, não ficaríamos preocupados com questões políticas. E se você permite que isso entre na Rede, você acaba distanciando os parceiros, tamanha a dificuldade de dialogar com pessoas que não necessariamente compartilham da mesma posição que você. E a ideia principal da Rede - esse é um dos objetivos de se trabalhar em rede - é você contar com as suas fortalezas, tentar olhar pra frente, para o nosso objetivo comum, não para ignorar as eventuais diferenças, mas para minimizá-las. E quem não consegue trabalhar desse jeito, vai acabar saindo da Rede.

BLOCO 3 – PRINCIPAIS TEMAS E AGENDAS

3.1 Como a Rede contribui para a participação brasileira em operações de paz? Há alguma contribuição junto ao MRE ou MD?

Na minha avaliação, nós contribuimos para a participação brasileira em operações de paz, através das nossas atividades de pesquisa e de ensino, através de publicações e através dos eventos que promovemos todos os anos. O nosso Encontro Anual já ganhou vida própria, já é reconhecido.

Eu vejo três níveis de contribuição.

Primeiro, com relação às autoridades. Temos autoridades na nossa Rede, que são os comandantes dos dois centros de treinamento de operações de paz que existem no Brasil. Hoje há apenas dois centros e os dois estão na Rede. Embora eles sejam executores, para os nossos eventos, por exemplo, eles conseguem alcançar os tomadores de decisão que costumamos convidar, muitas vezes como palestrantes e outras vezes como parte da audiência. Isso contribui não só para fortalecer a Rede, mas também para que o assunto fique no fogo brando, por assim dizer, no nível da tomada de decisão. Nesse sentido, temos discussões que têm função de *policy*, de orientar a tomada de decisão. Por exemplo, hoje o Brasil não tem tropa engajada em operações de paz, embora já tenha começado o treinamento em novembro / dezembro de 2020 de uma nova tropa do Exército mesmo sem definição da missão da ONU para onde ela iria. Então, diante da ausência de tropa, que dá mais visibilidade, e para ainda assim manter o tema na agenda, em janeiro de 2021, fizemos uma discussão sobre a importância das missões individuais e convidamos algumas autoridades para acompanhar o debate. E, de fato, na

audiência havia chefes militares, de posições importantes do Exército. Isso é bacana, cinco anos atrás você não teria quem pudesse promover, no meio civil, esse tipo de inclusão.

Com relação à comunidade acadêmica, também vejo que a REBRAPAZ tem um papel importante, de fomentar a troca de informações, a produção conjunta, etc. É muito difícil produzir com quem você não conhece, porque você não está familiarizado com o ritmo de trabalho, não conhece a metodologia daquela pessoa, etc. E a REBRAPAZ viabiliza essa aproximação entre acadêmicos de diferentes instituições, que passam a se conhecer e até a produzir juntos. O número de publicações em operações de paz caiu muito desde 2017, com o fim da MINUSTAH. Em 2018 a produção conjunta foi baixa, mas, em 2019, por decisão deliberada e grande esforço conjunto, houve uma retomada no âmbito da REBRAPAZ. Tivemos mais publicações conjuntas em 2019 do que em 2017, que foi um ano importante. Isso mostra também o potencial da Rede que já começamos a explorar. Temos ações conjuntas que não existiriam se não fosse a REBRAPAZ. A pandemia afetou nosso ritmo e nossas entregas, de maneira que em 2020 e 2021, mas esperamos que a reestruturação da Rede, iniciada em 2021, favoreça a retomada, sempre mantendo a qualidade dos trabalhos, que tem sido uma marca nossa.

3.2 Quais são as principais agendas da REBRAPAZ?

No âmbito da Coordenação Geral, há agendas mais macros e já realizamos algumas pesquisas sobre, por exemplo, o impacto da REBRAPAZ em duas grandes agendas da ONU: a *Action for Peacekeeping* e a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Também fazemos pequenas atividades no âmbito da Coordenação Geral, que não chegam ainda no nível dos GTs, como a gestão do site e das mídias sociais, que têm espaço para melhorias.

No âmbito dos GTs ativos, cada GT tem uma agenda. Por exemplo, o GT3, que é sobre capacidades e performance, tem uma agenda de mediação em nível local. Essa foi a linha de pesquisa que eles definiram. Chegaram a fazer um manual que está sendo usado como material didático no CCOPAB. Tem também o GT4, sobre MPS, que tem trabalhado com treinamento para mulheres uniformizadas, ou seja, como estão treinando, quantas são as mulheres entre instrutores e entre alunos, qual é o conteúdo, como é dado esse conteúdo, etc. Ou seja, cada GT define internamente a sua agenda de pesquisa ou linha de ação dentro de seu tema geral.

3.3 Como tem sido a atuação da Rede no âmbito da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS)?

Desde a fundação da Rede, em 2016, existe um GT para o tema MPS, e sido coordenado por especialistas. Nos primeiros três anos, foi coordenado pela Dra. Renata Giannini, do Instituto Igarapé, que fez mestrado e doutorado sobre o assunto e trabalha com isso há 15 anos. E nos últimos dois anos, esse GT tem sido coordenado pela Dra. Karla Ribeiro, do UniCuritiba, também mestre e doutora, e especialista nessa área. Esse GT faz pesquisas sobre diversos assuntos e agora a agenda atual é vinculada a treinamento.

Em 2020, por conta do aniversário da agenda, a Coordenação Geral fez uma pesquisa institucional, a partir de cinco indicadores, para levantar o perfil de gênero da REBRAPAZ. publicamos os resultados no blog da REBRAPAZ. Em três indicadores (colaboradores da Rede, palestrantes em eventos anuais e publicações da Rede), a REBRAPAZ alcançou a paridade de gênero nesses quatro anos e meio de existência. Mas é importante fazer um *caveat*. Apesar da paridade de gênero de palestrantes nos encontros anuais, ainda encontramos o que chamamos de *all-male panels* em sessões sobre uso da força, por exemplo, e *all-female panels* em sessões sobre MPS. Então tem espaço para melhorar. Mas foi com uma grande satisfação que encontrei essa paridade de gênero porque tem não houve uma estratégia, ou uma política deliberada por parte dos decisores da Rede para incluir mulheres em papéis de visibilidade, como palestrantes, autores etc. Além disso, no Brasil e em outros países esses debates sobre segurança internacional, onde se inserem as operações de paz, tendem a ocorrer em espaços bastante masculinos. Assim, foi uma grata surpresa e fiquei feliz com esse resultado.

3.4 No âmbito da REBRAPAZ, também são abordadas perspectivas críticas às operações de paz? É possível trazer esse debate?

Sem dúvida é possível abordar assuntos a partir da teoria crítica no âmbito da REBRAPAZ, mas isso depende de uma decisão dos integrantes de um GT. Não sei se houve um debate sobre isso, mas, a partir dos produtos entregues nos últimos anos, não consigo perceber ainda. Mas há espaço, sem dúvida.

BLOCO 4 – LEGADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

4.1 Como você avalia a atuação da Rede nesses primeiros anos de existência?

A Rede tem algumas fortalezas, a exemplo da qualidade técnica dos colaboradores e dos produtos que publicamos, dos eventos que realizamos, dos cursos que estamos preparando. A diversidade também é um grande diferencial da Rede, assim como o alcance, ou seja, a capilaridade dos nossos parceiros. Hoje temos 24 parceiros, que alcançam milhares de pessoas. Essa capilaridade é enorme para os parceiros que são instituições de Ensino Superior, porque algumas têm curso de graduação de Relações Internacionais com, por exemplo, 500 ou 700 alunos. É claro que nem todos trabalham com operações de paz, mas por aí vemos o alcance que temos através de nossos parceiros.

4.2 Quais são os maiores desafios enfrentados nesse período?

Nesses cinco anos, identificamos algumas fraquezas e eu destaco três. A primeira é a questão do tempo dos colaboradores, já que todos são voluntários e estão muito atribulados com outras atividades. A pressão aumentou nessa época de pandemia, em que muitos acumularam funções no trabalho ao mesmo tempo em que assumiram mais tarefas domésticas, precisaram

ficar com os filhos em casa, etc. Ou seja, o tempo dedicado à Rede ficou ainda mais escasso e, assim, é uma de nossas fraquezas. Poderia estar no *job description* de nossos colaboradores que eles devem dedicar um pequeno tempo semanal à Rede, por exemplo.

A outra fraqueza refere-se aos recursos financeiros. Dependemos de recursos de parceiros para organizar uma publicação, para realizar um evento online, por causa da plataforma que costuma ser paga, ou um evento presencial, que envolve passagens aéreas, alimentação e acomodação. Então, isso é uma fraqueza desses anos iniciais.

A terceira fraqueza é a ausência de macroprocessos bem estabelecidos e em pleno funcionamento, porque isso nos priva de dialogar com a governança internacional, fazendo com que percamos eventuais oportunidades por não estarmos bem organizados internamente. Acredito que isso vá começar a mudar ainda em 2021, com a nossa reestruturação institucional.

Pensando nas ameaças, uma de minhas grandes preocupações é com um eventual esvaziamento da Rede por conta da polarização da sociedade, por conta da alteração nas percepções, no nível de confiança entre as pessoas e entre as instituições, etc. E mesmo que a Rede tente se colocar de maneira técnica, imparcial em termos ideológicos, por vezes podemos ser percebidos como parciais, como se estivéssemos de um lado ou do outro. E se isso se agravar, pode levar a um esvaziamento da Rede.

4.3 A Rede já tem parceiros internacionais, quais são as perspectivas futuras para uma possível internacionalização?

Começamos em outubro de 2020 o nosso processo de internacionalização, com uma parceria na Europa, mais precisamente no Reino Unido. Em fevereiro de 2021, fechamos também uma primeira parceria na África, com um pesquisador brasileiro que trabalha na África do Sul. A intenção, para 2021-2022, também é avançar parcerias ou, no mínimo, aproximações com duas associações intergovernamentais, uma que é a Associação Latino Americana de Centros de Treinamento em Operações de Paz (ALCOPAZ) e a outra que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

4.4 Quais os maiores legados que a Rede está deixando para as próximas gerações? Como você imagina a REBRAPAZ daqui a 10 anos?

Na minha avaliação, a REBRAPAZ consegue transmitir pelo menos três mensagens para a próxima geração. A primeira refere-se à importância da pesquisa, uma pesquisa feita com seriedade e qualidade, com uma, duas, três, cinco revisões, seja ela voltada para a vida acadêmica, seja ela orientada para a tomada de decisão, para contribuir para o aperfeiçoamento ou a criação de uma política pública.

A segunda mensagem é a de que é possível trabalhar com instituições e pessoas que pensam diferente quando se tem objetivos comuns muito claros e bem estabelecidos, e quando se tem força de vontade para chegar lá.

A terceira mensagem, por fim, seria especificamente para o público feminino, tanto civil, como militar, porque acredito que a Rede demonstre, claramente, que a mulher pode trabalhar com temas de segurança, se ela assim desejar. Quando entrei no mestrado, em 2001, eu já gostava muito de assuntos de guerra e paz, queria trabalhar com segurança, escrever minha dissertação sobre uma guerra, mas só tinha uma mulher fazendo pesquisa sobre segurança no departamento. Eu tinha acabado de entrar no meio acadêmico, não sabia direito como era. Você fica até perdido, na dúvida se tem capacidade para trabalhar com aquele tema. E, hoje, temos várias referências femininas, em posições de liderança, trabalhando com muita seriedade com temas de segurança internacional. A REBRAPAZ é mais uma prova de que isso é possível.

Daqui a 10 anos, em termos de parcerias da REBRAPAZ, eu me preocuparia mais com a qualidade do que a quantidade de parceiros. Não é possível fazer uma previsão de quantos seremos, mas continuaremos a crescer. Hoje, temos 24 parceiros – daqui a 10 anos teríamos 40 ou 50? Espero que, até lá, os processos e os cargos sejam mais profissionais e menos personalíssimos, como são os cargos atuais. Começamos a trabalhar em prol dessa institucionalização no fim de 2020 e espero que, daqui a 10 anos, a REBRAPAZ já tenha essa governança mais bem consolidada. Precisamos da mentalidade de gestão em diferentes áreas, e precisamos de profissionais com experiência com gestão de pessoas e de portfólio. E há também áreas que hoje não temos, como administração, financeiro ou recursos humanos.

Especificamente sobre finanças, espero que elas estejam mais bem organizadas e com uma captação regular de recursos para que se possa fazer planejamento adequado. Disso também dependerá a sobrevivência da Rede.

E o meu maior desejo é o de que, daqui a 10 anos, a nossa REBRAPAZ seja considerada uma referência, uma verdadeira autoridade em operações de paz, com os nossos colaboradores sendo convidados para dar assessoria, para fazer palestras, para realizar pesquisas e para dar aulas em diversos setores da sociedade, e não só em centros de treinamento e nas universidades, como já acontece, mas também na administração pública e, quem sabe, na própria ONU. É uma visão otimista mas realista e, se começarmos a trabalhar desde já, chegaremos lá.

Diana Cristina de Medeiros Viveiros é mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional, pela Universidade Federal Fluminense, e doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies, pela Universidade de Coimbra / Portugal.

Viveiros, D. C. M. “Entrevista exclusiva com a Dra. Eduarda Hamann, coordenadora da REBRAPAZ”. Publicado pela REBRAPAZ em 25/08/2021. Disponível em: <https://rebrapaz.com/o-que-pensamos/>.